



Respalhada por argumentos técnicos, bancada tucana reforça defesa pelo mínimo de R\$ 600

Em uma reunião que contou com a participação de sindicalistas e representantes do governo federal, ficou provada a viabilidade do reajuste do salário mínimo de R\$ 600. Usando argumentos técnicos, os economistas José Bergallo e Geraldo Biasoto Júnior mostraram que o valor defendido pelos tucanos desde a campanha presidencial pode ser alcançado.

“Os dados mostram a viabilidade do reajuste. Neste encontro, ouvimos todos os lados e apresentamos os argumentos de como fazer isso sem desequilibrar as contas públicas, contribuindo com a democracia e mantendo nosso compromisso de aumentar o poder de compra dos trabalhadores”, destacou o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, que também quer reajuste na tabela do IR em 5,9%.

As informações levantadas no encontro da bancada do PSDB na Câmara nesta terça-feira (15) mostram não somente a subestimativa de receitas no Orçamento da União, mas também a possibilidade de cortes de gastos que não trarão qualquer prejuízo ao país. Os argumentos apenas reforçaram a posição da bancada de defen-

der os R\$ 600 na votação em plenário nesta quarta-feira (16). Até lá, os tucanos continuarão a conversar com integrantes de outros partidos para angariar apoios na luta pelo reajuste.

Para defender o aumento para apenas R\$ 545, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, alegou que o valor é o resultado de acordo fechado entre o governo Lula e as centrais sindicais que estabelece um reajuste com base na inflação e variação do PIB nos dois anos anteriores. No entanto, até mesmo os sindicalistas destacaram que este acordo precisa de ajustes e não poderia ser seguido à risca, pois o PIB de 2009 foi negativo em virtude da crise internacional.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, afirmou que o governo prometeu, mas não apresentou qualquer resposta à proposta de uma elevação do valor para R\$ 580. “Estamos pasmos, pois

o governo se comprometeu a trazer uma nova proposta, mas não o fez e agora joga a responsabilidade no Congresso Nacional”, reprovou. Em resposta, o líder tucano afirmou que o PSDB lutará até o fim por um reajuste superior a R\$ 545.



41 milhões
de brasileiros recebem o salário mínimo. Em momento de inflação alta, os mais penalizados são justamente os que gastam mais com alimentos, vestuário e gêneros de primeira necessidade. Ou seja, exatamente a maior parte dos trabalhadores que hoje ganham o piso

Governo do PT pode paralisar série de ganhos reais do piso salarial, alertam líderes

Durante os debates da Comissão Geral instalada para discutir o aumento do salário mínimo, o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, e o da Minoria, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, demonstraram que o valor proposto pelo governo Dilma poderá interromper, pela primeira vez em 16 anos, a série de ganhos reais do piso salarial. Os parlamentares também afirmaram que o Planalto teme um aumento maior do que sua proposta de R\$ 545 porque prefere continuar a gastança descontrolada, cujo ápice aconteceu na gestão Lula.

O líder do PSDB contestou os dados apresentados pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a valorização do piso salarial. Duarte lembrou que o ganho real sobre o mínimo teve início em 1994 e acumulou uma valorização de 44% até o final do governo Fernando Henrique, em 2002. Nos oito anos de governo Lula o ganho foi de 53%, mas com a diferença de que a gestão petista encontrou uma economia estabilizada, enquanto seu antecessor tu-

cano tinha herdado um processo de corrosão do salário do trabalhador iniciado nos anos 80. “O que estamos discutindo é que será interrompida a série histórica de 16 anos consecutivos desse aumento real”, ressaltou.

Abi-Ackel disse que bastaria um corte duro nas despesas federais para que o salário de R\$ 600 se tornasse uma realidade. “Quem se acostuma com a fartura tem dificuldades de se adaptar às contas justas e apertadas. Mas era o que o governo tinha que fazer. Cortar onde pode e deve”, afirmou.

O líder da Minoria também citou reportagem do portal “G1” lembrando a promessa da então presidente eleita de aumentar o mínimo para R\$ 600 até o final deste ano. A declaração de Dilma foi registrada no dia três de novembro do ano passado. “Como é bom prometer e não cumprir depois. O governo oferece ínfimo aumento salarial que não corresponde a mais de R\$ 0,50 por dia para cada trabalhador do Brasil”, criticou.



Senadores fecham questão sobre mínimo defendido pelo PSDB desde a campanha

Em reunião da bancada nesta terça-feira (15), os senadores do PSDB fecharam questão na defesa de um salário mínimo de R\$ 600. “Defenderemos este valor até as últimas consequências. Esse foi um compromisso de campanha e o partido precisa honrá-lo. Caso contrário, perderemos credibilidade e autoridade para cobrar do governo”, disse o líder tucano na Casa, **Alvaro Dias (PR)**.

O parlamentar ressaltou que caso a proposta tucana não seja aprovada, o PSDB defenderá aquela apresentada pelas centrais sindicais. “O governo tem condições reais de oferecer um mínimo de R\$ 600 e nós temos a exata noção de responsabilidades. A nossa proposta não elimina a das centrais, já que, em relação à nossa, passa a ser mais moderada. A defesa

dos R\$ 600 foi o compromisso mais absorvido pela população durante a campanha e isso não pode ser esquecido”, completou o parlamentar.

O senador **Aécio Neves (MG)** recebeu em seu gabinete representantes das centrais para discutir o reajuste do novo salário mínimo, que será votado no plenário da Câmara hoje (16). O tucano disse que o encontro serviu para o PSDB construir uma aproximação com todos os setores da sociedade. De acordo com Aécio, o salário de R\$ 600 será defendido pelo partido até o final, apesar de o parlamentar considerar relevante a avaliação de alternativas em virtude da maioria esmagadora da base aliada. Ainda de acordo com Aécio, o mais importante é lutar por um salário mais justo para o trabalhador.

Deputados criticam nomeação de envolvido em escândalo para assessorar Dilma

Deputados do PSDB reprovaram nesta terça-feira (15) a decisão da presidente Dilma de nomear como seu assessor Jeter Ribeiro de Souza, envolvido na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Ex-gerente da Caixa Econômica Federal, ele foi acusado de acessar a conta de Francenildo e imprimir uma cópia do extrato a pedido do então presidente do banco estatal, Jorge Mattoso. O escândalo do caseiro derrubou o então ministro da Fazenda e atual chefe da Casa Civil da Presidência, Antonio Palocci, em março de 2006. O assessor nomeado para auxiliar Dilma chegou a ser intimado a depor na Polícia Federal (PF), mas não foi indiciado no processo que investigou o caso e tramitou no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o líder da Minoria na Câmara, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, a presidente deve ter cuidado, sobretudo após o escândalo Erenice Guerra, e melhorar o perfil dos seus assessores. Ex-braço direito de Dilma Rousseff

na Casa Civil, a ex-ministra caiu do cargo após o jornal “Folha de S.Paulo” mostrar que a estrutura do ministério foi usada por seu filho, Israel Guerra. Segundo empresários, ele cobrava propina para facilitar acesso a negócios do governo.

“Isso não surpreende, pois ela nomeou Erenice que se envolveu em muitas trapalhadas. O caso é grave por partir da presidente da República”, reforçou o deputado **Sérgio Guerra (PE)**, presidente nacional do PSDB.

O deputado **André Dias (PA)** lembrou que no governo Lula, quando Dilma foi ministra, sempre havia alguém envolvido em escândalos. Para o deputado paraense, pessoas que agem acima da lei deveriam ser expulsas da vida pública e condenadas a pagar pelo mal que cometeram. “Isso é um absurdo. O governo petista premia os infratores porque tiveram a coragem de infringir a lei para proteger um ministro”, condenou Dias.



Após quebra de sigilo, bancário foi premiado com cargo na Secretaria de Direitos Humanos

A nomeação de Jeter foi publicada no último dia 2 no “Diário Oficial da União” e divulgada pela revista “Isto é”. O ato foi assinado pelo secretário-executivo da Casa Civil, Beto Vasconcelos, substituto imediato de Palocci. Antes de ser indicado para o cargo no Planalto, o bancário ocupava outra função de confiança na Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ele era coordenador-geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Leia também em nosso blog:

- Tripoli pede ao Ministério do Meio Ambiente apoio na proteção da fauna
- Teimosia do governo em construir trem-bala lembra ato do regime militar, afirma Vaz de Lima
- Direto do Twitter, com os deputados Cesar Colnago (ES), Fernando Francischini (PR), Vanderlei Macris (PR), Nelson Marchezan Junior (RS) e Vaz de Lima (SP) e os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (SP) e os senadores Mário Couto (PA) e Cyro Miranda (GO)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo .

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>